



## TERRITÓRIO ATRASADO COM ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL RECENTES: EVOLUÇÃO DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL NO ESTADO DO PIAUÍ

Juscelino Gomes Lima

### RESUMO

Pelo presente texto buscamos apontar a trajetória evolutiva das diferentes propostas de planejamentos e estratégias governamentais com vistas ao desenvolvimento regional do estado do Piauí. Apesar de ter incursões iniciais ainda nos anos de 1930, é só a partir dos anos de 1970 em diante que o território piauiense vai experimentar a concretização de estratégias e propostas de planejamentos, via ações de investimentos regionalmente pontuais, oriundas do Estado brasileiro. Metodologicamente, a pesquisa percorreu dois caminhos: um de natureza bibliográfica, na qual foi possível um diálogo interdisciplinar, a partir de autores referendados, em áreas do saber diversas – economia, geografia, etc. A outra, de natureza documental, que permitiu a historicização da evolução do planejamento territorial do Piauí. Como resultado, lançamos mão de um quadro síntese, onde se faz elencado as principais propostas/estratégias, com suas respectivas características e áreas de abrangência em nível estadual. Por meio da discussão posta, é visível os motivos de atraso econômico e social ao qual historicamente ainda afeiçoa o território piauiense.

**Palavras chave:** Território. Planejamento. Desenvolvimento. Piauí.

### 1 Introdução

A produção do território toma conteúdo a partir de uma movimentação histórica e condições de simultaneidade, processadas a partir de várias escalas de acontecimentos. Essas condições, conduzem à materialização da vida cotidiana que se associa ao jogo de uso do território pelas diferentes necessidades capitais, sem as quais, certamente os territórios seriam vazios de sentidos e, portanto, representações tal qual se apresentam.

Os territórios nessa perspectiva e que se apresentam como usados, se caracterizam como “um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes” (SANTOS, 1994, p. 26). A tessitura destas relações revela os atores envolvidos e seus objetivos impostos no uso territorial. Nesse processar, os graus de desenvolvimento produtivo, social, econômico, de cidades e ou recortes regionais explicam suas condições contemporâneas.

A discussão nesse encaminhamento requer a visualização e análise dos papéis desempenhados pelos múltiplos agentes, das instituições, das demais formas organizativas da sociedade e, até mesmo, da cultura na configuração do espaço social (SCHNEIDER, 2004).

Pensando nesse sentido, a partir do presente texto buscamos apontar a trajetória evolutiva das diferentes propostas de planejamentos e estratégias governamentais com vistas ao desenvolvimento regional do estado do Piauí. Metodologicamente, a pesquisa percorreu dois caminhos: um de natureza bibliográfica, na qual foi possível um diálogo interdisciplinar, a partir de autores referendados, em áreas do saber diversas – economia, geografia, etc. A outra, de natureza documental, que permitiu a historicização da evolução do planejamento territorial do Piauí.



Como resultado, lançamos mão de um quadro síntese, onde se faz elencado as principais propostas/estratégias, com suas respectivas características e áreas de abrangência em nível estadual. Por meio da discussão posta, é visível os motivos de atraso econômico e social ao qual historicamente ainda afeição o território piauiense.

Para responder o objetivo posto, o artigo está estruturado em três momentos: Possibilidades de desenvolvimento regional na escala territorial: atores e gestão do poder. Aqui, buscamos identificar os principais atores e suas articulações, na escala do territorial ao regional, apontando assim, os principais nortes que inauguraram a perspectiva de um desenvolvimento regional. Do Nordeste, aos Nordeste: olhares sobre o seu desenvolvimento regional. Esse segundo momento busca olhar a produção de vários Nordeste, a partir de ações de cunho desenvolvimentista, gerenciados pelo Estado. Na última parte, denominado de Piauí: planejamento territorial e estratégias para desenvolvimento regional está contido o foco principal do artigo.

## **2 Possibilidades de desenvolvimento regional na escala territorial: atores e gestão do poder**

Considerando que propostas de planejamento para o desenvolvimento regional implicam em tentativas de gerenciamento do território (particularmente, a partir de ações estatais) com fins e ideologias específicas, este artigo pressupõe de imediato que para compreender tais investidas, se faz essencial conhecer os motivos e o contexto no qual caracterizavam os ambientes institucionais que estiveram preteritamente envolvidos.

Um dos primeiros modelos de desenvolvimento tem origem na Ex-União Soviética, por meio de um Plano de Eletrificação Nacional, ainda em 1925. A defesa da causa se assentava na edificação de várias usinas hidroelétricas, das quais, o seu aproveitamento geraria alicerces de um desenvolvimento regional.

Tomando por base o contexto histórico, é nítido que pretensões de cunho geopolítico (notadamente, o de defesa) pesaram também nessa proposta, já que mais tarde, as forças soviéticas iriam disputar a hegemonia mundial com os E.U.A. Por falar nesse país e a dimensão histórica em apreço, o abalo de sua economia em 1929 ampliou a visão de suas diferenças regionais, estimulando o Estado a intervir com vistas a resolutivas sobre problemas que emergiram.

O New Deal, no governo Roosevelt, repaginou o papel estatal. Estimulado pelas aceções keynesianas, as ações focaram na elaboração de políticas de redução/superação das desigualdades regionais e obviamente nesse processar, o reordenamento territorial. Apostou-se na criação de instituições específicas que trabalhassem nesse sentido, dentre elas, a TVA (*Tennessee Vale Authority*), em 1933 e que objetivou intervir na “geografia e na economia, buscando modificar a sociedade, da bacia hidrográfica do rio Tennessee, um dos maiores rios dos EUA” (BROSE *et al*, 2015, p. 07).

As ações tencionadas desdobrou-se em: obras para controle de cheias; construção de usinas hidroelétricas; desenvolvimento da navegação; transporte rodoviário; expansão e modernização da agricultura, inclusive



programas de irrigação; crescimento e modernização da indústria; desenvolvimento urbano e dos serviços. Ainda que estas primeiras, apesar de não serem as únicas marcas de presença estatal<sup>1</sup>, não deram conta da efetivação de um desenvolvimento regional, tal qual discursivamente foi propalado. De todo modo, estava instaurado desde então, a moda de planejamentos territoriais, tomando como paradigma, os recortes regionais e assim, a pretensa possibilidade de seus desenvolvimentos.

O planejamento territorial, em seu sentido *lato sensu*, revela o sentido e legitimação de uso do território. À guisa destas exemplificações, o Estado passou ser extensão do território, não físico, mas, conteúdo e politicamente. Os planejamentos propostos, os atores envolvidos, e as comunidades a serem beneficiadas passaram a estar concatenados, variavelmente, ora de forma sinérgica, ora conflituosa.

Nesse contexto, cabe mencionar que a década de 1970, a importância dada a questão de planejamento sobre o território, com vistas ao desenvolvimento regional, ganha dimensão com a inauguração da abordagem territorialista. Esta é motivada pelos novos rumos dos processos produtivos, crises do capitalismo e o panorama geopolítico que se apresentava. Nesse movimento, a noção de território, ganha respaldo maior nas agendas governamentais, construídas e organizadas a partir de “relações multidimensionais de poder, deixa de ser apenas produto reflexo da sociedade e passa a ser o local onde acontece a reprodução social, que constitui a realidade social e a dimensão material das relações sociais” (MORAES; SCHNEIDER, 2010, p. 293).

Desde então, assistimos fortemente, o vislumbrar de relações políticas no território. Os diferentes atores passaram a dialogar abstrato e ou concretamente com aquele, por meio da correlação de poderes e também de forças. Para além destas, o território é também conformado como um:

espaço econômico socialmente construído, dotado não apenas dos recursos naturais de sua geografia física, mas também da história construída pelos homens que nele habitam, através de convenções e valores e regras, de arranjos institucionais que lhe dão expressão e formas sociais de organização da produção, com estruturas de poder e dominação (LEMOS; SANTOS; CROCCO, 2006, p. 175).

Como dito, o diálogo apontado, revela o sentido de uso do território e assim, as formas de relação com seus conteúdos regionalmente localizados. Nesse momento, os recortes regionais são apresentados à dinâmica dos arranjos institucionais e financeiros. A concretização de ações pontuais, a exemplo da TVA, modelo de referência que passou a ser copiado em outros territórios nacionais, impuseram a presença do Estado, via novos equipamentos/estruturas (a exemplo das usinas hidroelétricas). O Estado nesse sentido é apresentado no séc. XX, como salva guarda das dificuldades e ou problemas sociais historicamente acumulados e não resolvidos.

<sup>1</sup> Para fins e objetividade desta primeira discussão e tomados como grandes marcos de referência ao planejamento do desenvolvimento regional, optou-se em rapidamente lembrar e caracterizar estes dois casos. Entretanto, é válido lembrar de outras ações estatais descobertas até o primeiro quartel do séc. XX, a partir de motivações específicas, a saber. Na Itália, o Estado teve papel primordial com vistas à superação das desigualdades produtivas e sociais entre as partes Norte e Sul, na década de 1950. Também o mesmo é dito sobre a França, com a problemática do esvaziamento do campo e alarmante urbanização em Paris, nos anos de 1940.



As contribuições de Raffestin (1993) ajudam ampliar o sentido de organização dos territórios, considerando as ações do Estado e dos diferentes atores sociais. O mesmo informa que os recortes territoriais são produtos de diferentes atores sociais, com destaque particular, do Estado ao indivíduo, permeando todas as organizações, sejam elas, pequenas ou grandes. Amplia ainda, ao informar que são esses atores que em associação com o Estado, produzem o território, composto por nós, malhas e redes de ligação, entre as diferentes partes.

Importa reconhecer que este pensamento parece generalizar o sentido de território com a de espaço social. É justamente aí que existe uma crítica de Souza (1995), interpretando que aquele posiciona o espaço social como o próprio território. Na verdade, o que foi dito pelo criticado pensador é que o território resulta de ações conduzidas por um 'ator sintagmático' que "desenha seus projetos através da canalização do trabalho, energia e informação. Esse "ator sintagmático" tenta escrever, sobre o espaço, seu plano de poder através de diferentes práticas" (ROCHA, 2013, p.02).

Está posto aí, o exercício de poder. Este, em diferentes práticas, é o seu canal indutor. O poder construído sobre os recortes territoriais, não pode excluir o sentido do espaço social e seus agentes. Sendo assim, há elementos justificáveis à promoção do denominado território usado, categorizado por Milton Santos. Coexistem em tal condição, a impossível dissociação de objetos e ações. Nesse sentido, o que nos aponta Santos (2002) são as maneiras e condições que os diferentes grupos e ou atores sociais conseguem consolidar sua hegemonia sobre os recortes espaciais, aqui nomenclaturizado por territórios, resultado de relações de poder.

A complexidade que se instaura nos processos de organização sobre o território, expõe a capacidade de poder e comando, com objetivos, ações e sinergias próprias, havendo destaque em primeiro plano para os representantes do "poder político institucional, os líderes da economia e os diferentes líderes [...] da opinião. Em segundo plano, os indivíduos que produzem e reproduzem o cotidiano, que também, são importantes promotores do território (DI MÊO, 2008, p. 16).

Cabe destacar, entretanto, que não apenas o Estado, logo após a crise do Modelo Fordista e a emergência do formato flexível de produção, foi suficiente para dar conta das novas demandas acerca do uso territorial e dentro deste, seus recortes regionais, pelas novas lógicas de expansão produtiva do capitalismo e seus agentes. Os mercados e agentes econômicos, revelados principalmente, na figuras de industriais se apresentaram como a opção extra de "ajudas" no comando e organização territorial e nesse bojo, o usufruto das potencialidades regionais.

Nesse momento, lembramos das ideias de Celso Furtado para o Brasil, que trouxeram inúmeras repercussões no território nacional, notadamente, acerca do gerenciamento e tentativas de resolução das mazelas e atrasos de suas regiões, especialmente, o Nordeste. Sua tese de que o subdesenvolvimento não era uma etapa pela qual tiveram de passar todos os países, obrigou o Estado a repensar um novo modelo de desenvolvimento, partindo da premissa que o atraso regional, a exemplo daquela região, se dava pela dependência herdada, o que lhe impossibilitava de estar concatenada aos circuitos de produção e economia global.





Além disso, o pensamento de Furtado incitou rever qual seria o papel do Estado na superação da visão separatista do setor social e econômico, que numa evolução histórica, tal condição era responsável por nossa péssima distribuição de renda, fruto de um “acordo tácito distributivo entre poder econômico e político das classes sociais” (PAULA, 2014, p. 631). A qualidade e condições de vida do povo brasileiro davam sentido do nosso subdesenvolvimento. Tínhamos, portanto, condições de um território (nacional) atrasado, apesar das enormes potencialidades e riquezas, cujas benesses a partir de tais eram mal repartidas.

Estava posto aí o exercício de um novo papel pelo Estado. Um novo caminho para renovação da visão de um território atrasado que na visão furtadiana, consagraria um nova conformação de condições para um desenvolvimento econômico, pensando no social, uma vez que um “processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas – preexistentes ou criadas pela própria mudança – são satisfeitas através de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas” (FURTADO, 1964, p. 29).

Inovações no setor tecnológico, dentro dos processos produtivos, era o que oportunamente faltavam aos recortes territoriais atrasados no Brasil. Esse ideal, pela época em que foi escrito, foi sustentado na década seguinte, considerando a concepção dos modelos flexíveis de produção já apontados. Estes motivaram a superação do falido modelo de Ford impulsionando e em convivência ao Estado permitiram a uma “reestruturação das grandes empresas verticalizadas e rígidas, transformadas em organizações mais flexíveis e articuladas em redes, formando cadeias produtivas globais” (RAMALHO; SANTANA, 2006, p. 13).

É aí que o protagonismo do Estado, notadamente, no contexto da década perdida e mais fortemente, na escalada de inauguração da Globalização, no interior dos países periféricos do sistema capital logrou declínio, perante o crescimento e expansão de poderes dos mercados e seus agentes, representados por uma cadeia de “empresas inovadoras (geralmente multinacionais), ao mesmo tempo em que as novas tecnologias de informação, os transportes e as comunicações fortalecem o funcionamento das organizações e a sua interação” (BARQUERO, 2001, p.13).

A configuração de um território usado se faz, portanto, entre diferentes enredos históricos, margeados por diferentes ações, mecanismos e estratégias, entre as diferentes forças de comando e organização territorial. Resultam então, a construção de políticas endógenas, articuladas em diferentes escalas de poder e gestão, consorciadas com interesses particulares de políticas exógenas a partir de filiais produtivas desterritorializadas, ambas animando os territórios sob seus alcances, por meio do discurso promotor de um desenvolvimento territorial, referendados pelo aproveitamento dos potenciais regionais.

Uma contribuição mais ampliada sobre este fato é dado por Boisier *et al* (1995) ao afirmar que a condição descrita consiste numa expressão ampla que inclui o desenvolvimento de micro localidades (a exemplo de



comunidades e de meso localidades, províncias ou regiões). O autor expande o entendimento sobre desenvolvimento territorial, onde o objetivo é triplo:

(1) o aperfeiçoamento do território entendido não como um container e suporte físico de elementos naturais, mas como um sistema físico e social estruturalmente complexo, dinâmico e articulado; (2) o aperfeiçoamento da sociedade ou comunidade que habita esse território; (3) o aperfeiçoamento de cada pessoa, que pertence a essa comunidade e que habita esse território (BOISIER *et al*, 1995, p. 10).

É nítido o olhar de escalaridade em que é tomado a partir dos territórios. O local e o regional não podem ser descolados. A gestão e organização, a partir dos atores envolvidos não de considerar a interdependência entre as partes. As múltiplas escalas de relações evocam a presença de duas variáveis: a inovação territorial coletiva e a densidade institucional. Estas dão suporte à compreensão de quais possibilidades de investimentos regionais, a partir do território podem e ou deve ocorrer. Temos aí uma vitrinização de negócios das e nas regiões.

### 3 Do Nordeste, aos Nordeste: olhares sobre o seu desenvolvimento regional

Forte desigualdade social e alta concentração de renda, eis aí duas marcas historicamente arraigadas à formação regional do Nordeste brasileiro. Destes fatos e considerando as qualidades de sua natureza, sobram elementos que justificam a “fabricação” de vários Nordeste: o de conotações e rotulações imagéticas negativas, mas também, o de riquezas naturais e diversidade cultural.

É justamente o acúmulo de condições na esteira histórica dos acontecimentos de nosso país que permitiu a este recorte regional brasileiro a confecção de uma relação dialética, do antes e depois, de sua formação e organização regional, a começar pela consolidação de uma “imagem associada à fome, pobreza e atraso, que atualmente passa por um processo acelerado de mutação, cujos resultados são evidenciados, em alguns estados, nos indicadores sociais a suplantarem a média nacional” (DANTAS, 2010, p. 05).

As condições imagéticas (particularmente, as de cunho negativo) permitidas tanto pelos efeitos dos rigores climáticos, quanto pela inoperância das figuras políticas, que tradicionalmente centraram seus poderes em troca de favores e interesse próprios, vem desde os anos de 1990 e de forma pontual por estados, vem sendo reformuladas, oportunizando nesse contexto, o emergir de um Nordeste brasileiro marcado pela sua:

inserção na nova economia globalizada, relacionada diretamente à modificação de sua imagem internacional. Nestes termos, as fragilidades tradicionais do Nordeste, ligadas à semiaridez, são variáveis potencializadoras do desenvolvimento tanto do agronegócio como do turismo litorâneo em crescimento acelerado (*Idem*, 2010, p. 06).

As mudanças na dimensão regional apesar de não serem gerais, mas pontuais, a partir do aproveitamento das potencialidades tal qual descritas, tem nas “costas” do Estado, o sentido de sua atual configuração, por meio de diferentes medidas e planos de governos, enquanto tentativa de integração e desenvolvimento regional. Uma das primeiras foi o Plano de Metas, no governo de Juscelino Kubitschek, que apesar de não ter previsto planejamento



de desenvolvimento regional a *estrito senso*, revolucionou as estruturas econômicas do país. Os efeitos daquela proposta, de alguma forma aproximaram o Nordeste do Sul e Sudeste do país, seja no formato do ofertar e consumir de novos bens e serviços, seja pelas futuras transferências de plantas industriais, até então concentradas naquelas últimas duas regiões.

Contudo, é no bojo administrativo desse governo que é lançado a semente germinativa de organização produtivo, econômico e social previsto a um novo Nordeste<sup>2</sup>. O lançamento do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN)<sup>3</sup> é a prova disso e que teve por representação principal, Celso Furtado, ícone de um novo pensamento e propostas a esta região.

Nesse ambiente institucional e de um novo caminho político e econômico que conduziria o Nordeste, a supostos rumos prósperos, é inaugurado a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Vista como salva guarda dos problemas historicamente acumulados, sua origem e existência é semelhante a dos motivos que impulsionaram a criação da TVA, nos E.U.A. Esteve em jogo, a amostragem da preocupação do Estado para além do cumprimento de papel no território, mas, sobretudo, de objetivos de outros específicos, pois a criação e atuação desta Superintendência “serviu como instrumento da expansão hegemônica do capitalismo monopolista” (OLIVEIRA, 1981 apud MENEZES; MENEZES, 1998, p. 89).

Em outras palavras, o existir deste projeto nacional, por meio de diferentes ações, que tencionava minimizar as diferenças regionais, veio “dissolver” a pobreza e suas ramificações. Mais ainda: selecionou espaços para investimentos, reproduzindo em escalas ampliadas, os lucros capitais investidos. Não democratizando o acesso a renda e o trabalho como deveria ser.

Dada a setorialidade e territorialidade dos investimentos e ações planejadas dentro de selecionados espaços municipais, duas questões marcaram a concretização das ações: a necessidade de adaptação da mão de obra exigida como o mínimo de perfil à recepção das empresas interessadas nos investimentos e o conjunto de condições atraentes aos investimentos/investidores direcionados ao Nordeste. Neste quesito, a agenda financeira da SUDENE foi:

impulsionada pelos incentivos fiscais (34/18 – Fundo de Investimento no Nordeste - FINOR e isenção do imposto sobre a renda, principalmente), por investimentos de empresas estatais do porte da PETROBRÁS (na Bahia) e da Vale do Rio Doce (no Maranhão), complementados com créditos públicos (do Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES e Banco do Nordeste do Brasil - BNB, particularmente) e

<sup>2</sup> É importante mencionar que a presença do Estado em tentativas de modernização e integração e pretensão desenvolvimento regional do Nordeste antecede a era SUDENE, a saber a partir das seguintes criações: DNOCS (antigo IFOCS), em 1945, para superar o problema das estiagens prolongadas. CHESF, em 1945, para construir a infraestrutura na oferta de energia elétrica; CODEVASF, em 1947, para desenvolver o vale do São Francisco; o BNB, em 1952, para apoiar a economia regional, especialmente a do semiárido.

<sup>3</sup> Embrionada em 1956, no Escritório Técnico do Nordeste – ETENE, a partir de ação do Banco do Nordeste. Por meio de esforços de estudo e pesquisa, tal grupo, em 1957, gerou as bases para a gestão do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste que dera origem em 1959, à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE.



com recursos próprios de importantes empresas locais, nacionais e multinacionais, as atividades urbanas (e dentro delas, as atividades industriais) ganham crescentemente espaço no ambiente econômico do Nordeste e passam a comandar o crescimento da produção nessa região brasileira, rompendo a fraca dinâmica preexistente (ARAÚJO, 1995, p. 141).

Vemos então que os esforços da SUDENE com vistas à integração do Nordeste ao restante do Brasil (particularmente na perspectiva industrial) foram representativos. O ideal de um desenvolvimento regional, a partir do aproveitamento de potencialidades produtivas, foi operacionalizado por meio de estudos e levantamentos de recursos naturais e possibilidades de investimentos na extração de matérias primas, oportunidade em que o:

Nordeste ensaiou um grande surto de desenvolvimento via indução industrial, transformando a região numa produtora de bens intermediários - Surgiram pólos produtivos especializados como o petroquímico e doroquímico, na Bahia, o metal-mecânico, em Pernambuco, o complexo de salgema e sucro-alcooleiro, em Alagoas, o complexo minero metalúrgico, no Maranhão, o pólo têxtil e de confecções de Fortaleza e o agroindustrial no perímetro irrigado do Médio São Francisco, dentre outros (ALMEIDA, 2012, p. 11).

No caso do estado do Piauí, as ações estatais, via SUDENE começam a chegar apenas na década de 1970, conforme se verá, logo mais adiante, no próximo subtópico. Ambos resultavam do primeiro esforço do Estado para um desenvolvimento nacional, conhecido como I Plano Nacional de Desenvolvimento – I PND (1972-1974).

Nessa extensão de tempo, o Estado brasileiro continuou como importante e crucial via de políticas e programas de planejamento nos processos de organização/reordenamento territorial, notadamente, com a inauguração do “Milagre Econômico” brasileiro. A ciranda de ações que vieram dar corpo a este momento e que terminou por promover ligações intrínsecas entre os grandes recortes do território nacional foi quando se adotou “estratégia de política industrial, a substituição de importações nos setores de bens de capital, insumos básico para a indústria e o aumento da produção e prospecção de petróleo” (MENEZES; MENEZES, 1998, p. 19).

A lógica desse quadro de ações se revelou desafiador, uma vez que a trama do desenvolvimento nacional supôs uma integração territorial que permitisse uma maior articulação econômica, comparada as décadas anteriores. É diante desse cenário de tentativas de crescimento produtivo e desenvolvimento econômico que se faz importante lembrar que os processos de industrialização que tiveram dinamismo iniciado na década de 1960 fez da Região Sudeste, notadamente, o Estado de São Paulo e mais especificamente, a sua capital, a redentora de produção, locus de investimentos e nesse ínterim, a que mais acumulou riquezas, desigualdades e contradições socioespaciais no Brasil, recém industrializado.

Estes fatos permitiram uma inversão da ordem de papéis de comando centralizado em São Paulo, por meio de descentralizações produtivas/econômicas experimentada em fins dos anos de 1970, dando margem para que o capital produtivo e especulativo, envolvido na dinâmica de transformações econômicas no Brasil,





reconhecesse a existência de outros espaços importantes e ávidos de participação mais direta em tal processo.

Assim, aponta-se como causadores desta inicial tendência no interior do país, alguns mecanismos, a exemplo de:

- a) processo de integração do mercado nacional, comandado pela economia paulista que proporcionou estímulos sobre bases produtivas periféricas [...]; b) a marcha para o Oeste – tanto a de “paulistas e baianos” colonizando o Paraná, Goiás, Mato Grosso entre 1930 e 1970, quanto a geradas pelos Planos de Metas (rodovias no Norte e Centro-Oeste e a criação de Brasília) [...]; c) as políticas de desenvolvimento regional, criando a partir de 1960, incentivos (fiscais, financeiros, cambiais, etc.) ao capital, primeiro para o Nordeste (SUDENE) depois para a Amazônia (SUDAM e SUFRAMA) [...] (*idem*, 1998, p. 85).

A nova ciranda de condições de investimentos desterritorializados no Nordeste resultou do gerenciamento de ações objetivados no II Plano Nacional do Desenvolvimento – II PND (1975-1979), incentivando assim o “avanço nos processos de industrialização, substituindo importações, consagrando em definitivo as estratégias de polos de desenvolvimento” (TAVARES, 2002, p. 238).

Destes exemplos e com foco de maior interesse a esta discussão, a Região Nordeste assistiu a uma importante possibilidade de emergência no séc. XX tal qual foi para o século em que se dera os processos iniciais de colonização. Foi por meio destas movimentações em escala nacional que esses “incentivos intensificaram a migração do capital produtivo para aquelas regiões, acelerando transformações em suas estruturas produtivas, modificando suas pautas de exportadoras e assim desconcentrando a produção nacional” (MENEZES; MENEZES, 1998, p. 86).

A partir dos anos de 1980 e considerando o regime capitalista de acumulação flexível em voga, assistimos a uma seletividade produtiva e também de investimentos, em espaços geográficos específicos que se aprofundavam. As condições técnico científicas que se projetavam naquele momento, permitiram de forma mais apurada o avanço das escolhas setorializadas para os investimentos, notadamente, por meio das comunicações e facilidade permitidas pelo desenvolvimento e ampliação do setor logístico.

Na década seguinte, o Brasil é “escolhido” de forma promissora e seletiva pelos objetivos e regras do neoliberalismo para sua inserção na economia mundo globalizada que se esboçavam via “ajustes macroeconômicos e monetários, reformas políticas e institucionais, grandes projetos infraestruturais, tais como os programas *Brasil em ação* e, depois, *Avança Brasil*, no intuito de promover a inserção competitiva do país nos circuitos da globalização” (HOLANDA, 2007, p. 98).

A inserção do Brasil nesse contexto atrelou-se a várias possibilidades. Uma delas foi a “venda” de suas regiões, notadamente, a dos estados nordestinos e dentro destes, as inúmeras cidades/lugares com potenciais a serem explorados, investidos. O resultado dessa negociação capitalista dos lugares foi sua ampliada integração mediada por e a partir de várias construções, melhoramentos e expansões de novas estradas. Crescimento e poder de comando regional urbano, a partir de específicas cidades, localizada fora dos quadros metropolitanos.



Na reorganização espacial destas cidades, considerando as exigências desse novo tempo de relações capitais, há destaque para o dinamismo permitido pelos setores industriais e fortalecimento das relações no setor terciário, frutos da reafirmação das parcerias público/privadas nestas ações. O Estado em parceria com mercados e agentes de investimentos, cada qual com estratégias e objetivos específicos, criaram condições para uma nova geografia regional do Nordeste, diferentes de três décadas passadas, permitindo dessa forma a uma forte ressignificação, na rede urbana, dos “papeis das cidades atingidas pelos investimentos industriais, de tal modo que redefinem suas centralidades, comandando novas mobilidades de pessoas e de mercadorias e diversificando circuitos espaciais de insumo/produto industrial” (JUNIOR, 2015, p. 79).

Houve na verdade, uma ciranda de ações e condições com reflexos diferenciados sobre os espaços abarcados, impulsionados fortemente pelo:

aumento do consumo da população da região com destaque para os mais pobres que tiveram acesso ao sistema de crédito, o que possibilitou a aceleração do PIB, especialmente, com o avanço do setor de serviços, principalmente em determinados estados (VIDAL *et al* 2011, p. 07).

O Nordeste das fomes, misérias e injustiças, ou seja, das condições imágéticas construídas historicamente de forma negativa vem remodelando-se. Não há ai uma homogeneização de soluções para seus problemas seculares. Na verdade, trata-se de uma repaginada de suas condições e formas sociais, mediada pelos quadros econômicos que há muito foram deturpados e que da segunda metade dos anos de 1990 em diante, tem por meios de muitos números e estudos a amostragem de uma nova realidade, tal qual é observado na figura 1 a seguir.

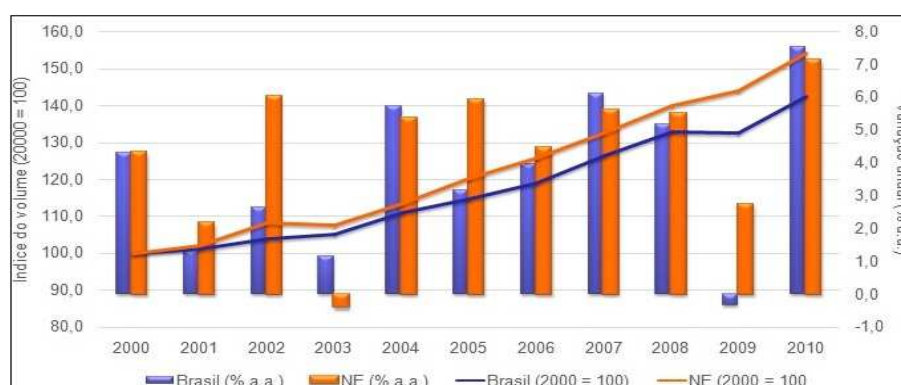


Fig. 1: Dinamização da economia nordestina de 2000 a 2010.  
Fonte: Contas Regionais – IBGE. Elaboração CEPLAN.

Em um espaço de dez anos (2000-2010), o Nordeste vem ensaiando uma nova representatividade. Os números arrolados mostram uma nova realidade. Esta se faz oportunizada pela materialização de novos territórios selecionados pelos interesses empresariais, quer seja nos ramos econômicos da indústria, da agricultura moderna, das atividades frenéticas do turismo ou ainda do *frenesi* do setor terciário, representado pelo conjunto de comércios



e serviços. Estes, por sua vez, assistem a chegada de novos, diferenciados e dinâmicos equipamentos - redes de supermercados; concessionárias de veículos motores; modernas clínicas e centros de saúde e estética; empresas e serviços imobiliários; *shopping Center*, etc.

Respondem ainda por um novo tempo no Nordeste, a expansão e alcance de programas sociais, acesso ao crédito, estímulo ao consumo, bem como investimentos em ações pontuais e programas estaduais em saúde, educação, saneamento, revelando dessa forma que nos últimos anos, são construídos novos índices positivos na região que nos apontam para a “coincidência entre crescimento econômico e queda das assimetrias sociais [...]”. Vem aumentando todos os indicadores de qualidade de vida de forma mais rápida que a média brasileira, aproximando-se dos índices nacionais” (CARVALHO, 2014, p. 180).

Estas novas condições revelam para além de novas composições territoriais do passado, mas particular e notadamente a uma:

mudança de imagem do Nordeste resulta da incorporação desta nova racionalidade, marcada pelo estabelecimento de conflito entre dois quadros simbólicos contraditórios a possibilitarem compreensão das relações entre a sociedade local e o meio. O primeiro quadro simbólico, o mais antigo e já abordado anteriormente, foi produzido por discurso reforçando rede de imagens negativas da região semi-árida, vítima da pobreza e da fome e em proveito da oligarquia algodoeira e pecuarista. O segundo quadro simbólico, o mais recente, pauta-se em novo discurso, apoiado nos mesmos espaços semi-áridos, mas para construir, dessa vez, uma imagem positiva, servindo aos interesses de grupo de empresários (DANTAS, 2010, p. 07).

Historicamente, assistimos a consecução de diferentes Nordestes. A construção de cenários diversos não foi homogêneo. As ações estatais, foram pontuais, mercadológicas e voltadas a interesses específicos. A SUDENE emergiu como principal figura de salva guarda dos problemas acumulados social e economicamente. Em verdade, sua existência, e não só em nível de Nordeste, conduziu a proposição de planejamento regional antecedente ao planejamento nacional, uma vez que sua criação se dera em 1959 e o primeiro cargo de Ministro de Planejamento em 1962.

Todas as ações em nível nacional, na segunda metade do séc. XX, particularmente, quando da inauguração dos dois Planos Nacionais do Desenvolvimento, descobertos entre 1972 e 1979 e considerando os trabalhos margeados pela presença da SUDENE e o pensamento de Furtado, posicionaram o Nordeste como um primeiro, de muitos experimentos regionais da nação a uma agenda compromissada do Estado, para um desenvolvimento regional.

#### **4 Piauí: planejamento territorial e estratégias para desenvolvimento regional**



As intervenções estatais via SUDENE e pensamento econômico furtadiano, durante décadas, deram os movimentos do remo nas águas do futuro e progresso pretendido ao Nordeste. Os recortes estaduais, a exemplo do Piauí custaram participar efetivamente dessa remada. Desde então, apesar desse estado estar inserido nos quadros dos grandes projetos nacionais, sua participação e aproveitamento das benesses sociais foram sempre alheias a vontades de ações e sujeitos políticos regionais.

Esse fato tem na década de 1930, um início explicativo. O movimento tenentista no Brasil, ávido por mudanças nos cenários da política oligárquica, deu sinais de promoção de um governo organizado e de participação popular, com os militares na gestão e poder. O fantasma da Revolução Russa, originado na Europa e sua possível chegada no Brasil, incitaram a construção de um governo provisório centralizado por militares.

Nesse processar, a indicação de governos interventores pelo Governo Vargas foi difundida. No Piauí, esse novo sistema governamental foi iniciado com a intervenção do Tenente Landri Sales Gonçalves, de 1931 a 1935. A intervenção governamental imposta no Brasil e logicamente no Piauí nos mostra que [...] “quando se puder avaliar todos os registros dos governos tenentistas, provavelmente se descobrirá que a sua liberdade de transformar a estrutura social e econômica foi severamente limitada pelos chefes locais e por grupos especiais de interesses” (FIGUEIREDO, 1979, p.46).

As ações de gestão, numa tentativa de colhimento de carisma político/social no estado, já que se tratou de um governo centralizado, logo, limitadores de interesses populares foram marcadas na história do Piauí, por permitir as primeiras possibilidades de planejamento territorial, com foco no mercado internacional para os produtos agrícolas e pecuarista, buscando “proteger os rebanhos piauienses, com a criação de uma indústria de charque; implantou um núcleo de colonização visando gerar emprego e renda para os retirantes tangidos pela seca, oriundos de Estados vizinhos. criou um centro experimental agrícola” (ASSUNÇÃO, 2005, p. 38).

Ressalte-se ainda que as ações deste governo tenentista lançaram luz de investimentos também no setor secundário, com a reativação da Companhia de Fiação do Piauí, a única indústria têxtil do Estado e teve notoriedade, até os anos de 1950<sup>4</sup> e a Indústria de Laticínios Piauiense, implantada nas fazendas nacionais<sup>5</sup>. Para dar avanço à produção e integração dentro do estado, fez investimentos na construção das estradas que ligaram a capital Teresina às cidades de Bom Jesus do Gurguéia<sup>6</sup>, Valença, ambas no estado e Fortaleza, no Ceará.

Do fim de seu mandato, o Piauí só voltará a assistir ações governamentais na década de 1950, com a criação da CODESE<sup>7</sup>. Antecedente da atual Secretaria do Planejamento – SEPLAN, aquele órgão veio dar novos

<sup>4</sup> Inaugurada em 1889, é tida como primeiro grande empreendimento industrial do estado.

<sup>5</sup> Eram antigas áreas de produção agrícola jesuítica, resquícios das fases de colonização, em fins do séc. XIX e cujas estruturas foram aproveitadas para dar prosseguimento produtivo no aproveitamento de potencialidades do setor agrário.

<sup>6</sup> Hoje, cidade de Bom Jesus, Sul do Estado, uma das que compõe a denominada “última fronteira agrícola”, com destaque para a produção de soja.

<sup>7</sup> Comissão de Desenvolvimento do Estado, criada pela Lei estadual nº 1.451, no governo Jacob Manuel Gayoso e Almendra (1955-1959).





rumos à economia do estado, uma vez que a partir da segunda metade do séc. XX, os ciclos extrativistas que davam sustentação econômica ao Piauí, estavam fragilizados<sup>8</sup>. A estada do governo nacional à época, na figura de Juscelino Kubitschek (1956-1961), teve por meio de um ambicioso projeto nacional, intenções de fomentar processos de integração nacional. O Piauí, guiado pelos holofotes ideológicos da escala federal e considerando sua fragilidade econômica e dependência produtiva a outros estados, confiou à CODESE a “função de identificar os pontos frágeis dos setores produtivos piauienses, além de elaborar projetos e executar ações visando estimular os investimentos públicos de maneira a favorecer o desenvolvimento do Estado” (TÔRRES, 2010, p. 24).

Como resultado dos estudos e investigações pela comissão, dois motivos foram eleitos como prioritários a serem resolvidos e investidos, com vistas ao progresso econômico do estado, via atividades produtivas/industriais: “falta de energia elétrica e a inexistência de créditos industriais de longo prazo constituíram-se nos grandes obstáculos à expansão de indústrias locais” (MARTINS, 2003, p. 146).

Instigado pelo Plano de Metas, o governo do estado do Piauí, iniciado no governo Gayoso e estendido nas governanças seguintes, promoveu um verdadeiro reaparelhamento e fortalecimento estatal por meio da criação das Centrais Elétricas do Piauí S/A (CEPISA, em 1959), Águas e Esgotos do Piauí S/A (AGESPISA, em 1962) e Agroindústrias do Piauí S/A (AGRINPISA, em 1959). Houve destaque também para criação dos órgãos Banco do Estado do Piauí S/A (BEP, em 1958), Frigoríficos do Piauí S/A (FRIPISA, em 1957) e Telefones do Piauí S/A (TELEPISA, em 1960), que respectivamente pretenderam o acúmulo de rendimentos ao estado, a organização e beneficiamento de carne bovina, além do favorecimento à comunicação inter e intra estadual.

Entretanto, o setor chave de priorização, o energético no estado, só ganha respaldo nos ano de 1970, com a inauguração da barragem hidroelétrica de Boa Esperança, no município de Guadalupe, coincidindo com uma nova era e “despertar para o progresso do Nordeste Ocidental com o grande salto do país para o desenvolvimento integrado” (LIMA, 2007, p. 76).

Como se vê, o termo desenvolvimento, por aquela época, tanto no Nordeste, como Piauí, era moda, sinônimo de necessidades dos governantes. Esse alinhamento continuou por anos seguintes, estando mais do que nunca, o tema recursos hídricos em voga, pois a presença dos mesmos, via obras, no Nordeste seco e pobre era seria a redenção das desgraças regionais. À atenção dos discursos em que historicamente culpabilizou as secas pelas problemáticas sociais nordestinas rumou às áreas rurais pobres, decadentes, com um povo desanimado pelos rigores climáticos e poder político/familiar regional cristalizado.

Nessa perspectiva, foi planejado e executado, os seguintes projetos, ambos, no setor agrícola: POLO NORDESTE (em 1975), PROVÁRZEAS (em 1976), PRODECER (em 1979), PROJETO SERTANEJO (1978), além do PROJETO PROTERRA (em 1971), que dada sua pretensão de integração nacional, sua marca ficou

<sup>8</sup> Iniciado na década de 1850, teve como “carro chefe”, a extração, processamento e comercialização, via exportação, a borracha de maniçoba, a cera de carnaúba e o coco babaçu. Tais produtos, sua quase totalidade tinham origem de diversos municípios do estado.



solidificada na cidade de Picos/PI, como uma tentativa de buscar o progresso do país e a minimização dos problemas sociais do Nordeste por meio de uma ampla e estratégica ligação à região amazônica – construção da Rodovia Transamazônica – proporcionando aos nordestinos sua fixação no Norte do Brasil, sobretudo, nos processos de ocupação dos espaços de “vazio demográfico [...]” e o Nordeste, que com a diminuição da sua concentração demográfica [...]. A cidade de Picos foi nominada enquanto seu “marco zero” (MOURA, 2016, p. 164).

Em continuidade, ainda na segunda metade de 1970, se fez inaugurada a Secretaria de Planejamento (SEPLAN). Desta, nasceu a Fundação Centro Regional de Produtividade do Piauí. Sua tarefa foi atrelada à realização de estudos e pesquisas, dar assistência aos municípios e elaborar planos, projetos e programas de interesse do estado.

A década dos anos de 1980 não trouxeram grandes novidades ao Piauí. Em verdade, as transformações permitidas pelos governos que se sucederam, foram de alguma forma pontual e ideológica ao Estado nacional, agradando e permitindo o gerenciamento de partes do território do Piauí ao domínio de diferentes grupos políticos e familiares, haja vista que as obras instauradas eram regidas por quem arrecadava mais votos e mantinha seu recorte regional alinhado com as propostas do governo estadual.

Diante desse panorama regional, dentro das décadas narradas, o “progresso do Piauí parecia ligado à criação de órgãos públicos, a tomada de empréstimos pelo governo federal, e aparecia, sobretudo, nas formas de melhoria das condições infraestruturais e na remodelação das cidades” (TÓRRES, 2010, p. 34).

As cíclicas crises da economia nacional no contexto da conhecida “década perdida” estagnaram o ganho de novos fixos que permitissem novos fluxos no interior do estado do Piauí, durante os anos de 1990. O pouco que foi instaurado (ações infraestruturantes) permaneceram sem evolução de uso e novos interessados em investimentos, com vistas a geração de novas divisas econômicas.

A fragilidade do Estado, via investimentos e pretenciosos projetos indutores de um processo de desenvolvimento e integração regional, tal qual se processara rápido e acumuladamente, em poucas décadas, em nível nacional, colocaram o Piauí na contra mão de inserção rápida e estratégica no contexto das relações de investimentos neoliberais que estavam a se processar.

Sem a presença da força do Estado, o Piauí deixou de lado o imediatista programa de progresso e desenvolvimento regional e continuou a assistir a um “revezamento de forças políticas no poder [...]” consagrando a prática antiga de dominação que prescinde de uma política eficiente de desenvolvimento econômico e perpetua o atraso em relação aos outros estados” (BRAZ, 2007, p. 13-14).

O diferente que aparece ao Piauí entre 1994/1996 é a união da Secretaria de Planejamento, ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), ao Ministério do Planejamento e a outras instituições de peso, aderindo ao Projeto ARIDAS (desenvolvimento no Nordeste, numa perspectiva ambiental sustentável).



Em fins dos anos de 1990 e a entrada nas primeiras décadas do séc. XX, o destaque de ações do estado ficou marcado pela adesão ao Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), que por meio de empréstimos provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), promoveu ações pontuais no território piauiense, na tentativa da revitalização das atividades do turismo.

A extensão da primeira década dos anos 2000 é marcada por políticas infraestruturantes pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que no Piauí, cujas ações foram direcionadas a ampliação e melhoramento de estradas, além de reformas em aeroportos, bem como programa de moradia e eletrificação, além da construção da Transnordestina, a partir da área dos cerrados. De forma complementar, há destaque ainda para a institucionalização do Programa Territórios da Cidadania<sup>9</sup>, que a partir de 2008 vem se revelando, como uma “tentativa de integrar e dar coesão a um conjunto de ações, antes dispersas em diversas estruturas do Poder Executivo. Por isso, para muitos o programa passou a ser visto como uma espécie de complemento do Programa de Aceleração do Crescimento” (FAVARETO, 2010, p. 56).

Como forma de expansão das políticas de desenvolvimento regional, notadamente no contexto dos Planos Plurianuais (PPA's 2004/2007 e 2008/2011), o governo federal lança mão de novas ações que viessem reduzir as desigualdades entre os recortes regionais do país. Acerca do primeiro plano, nasceram os seguintes programas: o Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais (PROMESO); Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido (CONVIVER); o Programa de Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões (PROMOVER); Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira e a Organização Produtiva de Comunidades Pobres (PRODUZIR).

A continuidade destes projetos se dão no PPA seguinte, de modo que suas características em comuns foram pensadas em duas vertentes complementares, onde a:

primeira está voltada para o estímulo à organização social e criação de laços comunitários em bases locais, mobilizando a sociedade para promoção do desenvolvimento endógeno (botton-up); e a segunda vertente fomenta a dinamização econômica das regiões sob a premissa de que somente os atores locais podem transformar o círculo vicioso de subdesenvolvimento em um círculo virtuoso de crescimento e inclusão social (BRASIL. MIN, 2004, p. 02).

Ao que se ver, a tentativa da construção de um espírito de coletividade, por meio de objetivos compartilhados, com vistas à fundação de um capital social parece ser o carro chefe de atividades e projetos de alcance por meio dos diferentes programas, uma vez que a diminuição das desigualdades regionais, tomando estas tentativas como referência passam pela necessidade do usufruto das benesses permitidas pelas potencialidades regionalmente localizadas.

<sup>9</sup> No Piauí, desde a implantação, já são seis territórios definidos (Carnaubais, Cocais, Entre Rios, Serra da Capivara, Vale do Canindé e Vale do Guaribas). Juntos, são formados por 142 municípios, onde residem mais de 2.232.806 pessoas. No momento, há em processo de implementação e ou execução, diversas ações que focam no aproveitamento de potencialidades produtivas de cada uma.



Mais recentemente, no ano de 2016, o governo do estado lançou versão final do Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Piauí (PDES - Piauí 2050). A partir de uma visão de futuro (do ano de 2014 até 2050), o documento permite identificar quais são as principais oportunidades para desenvolver empreendimentos no Piauí, seja em segmentos econômicos, seja em infraestrutura, permitindo a inserção do estado, no contexto de um novo ciclo de desenvolvimento do Nordeste e do Brasil.

Como resultado desse longo percurso historicizado, expomos a partir da tabela 1 a seguir, o resumo das principais ações/estratégias políticas adotadas pelos diferentes governos do Piauí, com vistas à promoção de um pretense desenvolvimento regional.

(continua)

Projetos/Estratégias	Objetivos	Ações	Espaço abarcado
<b>CODESE</b>	Elaborar planos de médio e longo prazos; preparar orçamentos, acompanhar a sua execução; estudar e propor diretrizes econômicas, financeiras e administrativas; incentivar a produção.	Criação das seguintes empresas: Frigoríficos do Piauí S.A. (FRIPISA); Centrais Elétricas do Piauí S.A. (CEPISA); Agroindústria do Piauí S.A. (AGRIPISA); Telecomunicações do Piauí S.A. (TELEPISA); Águas e Esgotos do Piauí S.A. (AGESPISA) e; Banco do Estado do Piauí S.A.	Teresina
<b>PROJETO PROTERRA</b>	Apoiar setor rural por meio de créditos subsidiados e ações diversas em criação de empregos.	Apoio e fortalecimento das pequenas unidades familiares, a abertura de canais de acesso à terra e facilidade de acesso à créditos.	Picos
<b>POLO NORDESTE</b>	Estimular o surgimento de pólos de desenvolvimento.	Criação dos PDRIs - Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado	Ao Norte, no município de Parnaíba e ao Sul, em municípios componentes do Vale do Fidalgo e Vale do Gurguéia.
<b>PROVÁRZEAS</b>	Financiar produtores rurais no campo da irrigação, particularmente, em áreas de várzea.	Investimentos em diversas formas, entre as quais destacou-se em capacitação técnica e em insumos à produtividade.	Diversos municípios do Médio e Baixo Parnaíba.
<b>PRODECER</b>	Serviú como projeto piloto da agricultura dos cerrados, bilateralmente por meio de acordos entre os governos Brasil e Japão.	Investimentos na produção de grãos de soja, por meio do melhoramento da terra e aquisição de insumos agrícolas.	Diversos municípios dos cerrados piauienses.
<b>PROJETO SERTANEJO</b>	Apoiar pequenos e médios produtores rurais no Nordeste	Apoio ao cooperativismo, infraestrutura hídrica e assistência técnica.	Diversos municípios que sofrem efeitos das secas.

(conclusão)

Projetos/Estratégias	Objetivos	Ações	Espaço abarcado
<b>ÁRIDAS</b>	Elaborar uma nova estratégia para o desenvolvimento regional, na perspectiva da sustentabilidade ambiental, considerando a integração das escalas regional, estadual e municipal.	Elaboração de modelos de planejamento e de gestão para o desenvolvimento sustentável.	Diversos municípios de áreas sertanejas e de potencialidade agrícola.
	Fortalecimento de atividades	Diversos investimentos e ações com	Diferentes municípios





<b>PRODETUR</b>	ligadas ao turismo.	vistas à integração e desenvolvimento do turismo e comunidades potenciais.	com potenciais turísticos.
<b>PAC</b>	Acelerar o crescimento das regiões brasileiras por meios de obras e ações infraestruturantes	Transnordestina; Ampliação e melhoramento de malhas viárias; Ampliação da moradia popular; Expansão da rede elétrica.	Vários municípios.
<b>TERRITÓRIOS DA CIDADANIA</b>	Superação da pobreza e geração de trabalho e renda no meio rural por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.	Diversas ações em sete temas, das quais três consideramos importantes: ações fundiárias, educação e cultura e saúde, saneamento com acesso à água.	Todos os municípios do estado.
<b>PROMESO</b>	Reduzir as desigualdades sociais e regionais a partir, das potencialidades das Mesorregiões Diferenciadas.	estímulo e fortalecimento dos fóruns mesorregionais com participações sociais; Fomento aos Arranjos Produtivos Locais.	Diversos municípios.
<b>CONVIVER</b>	Redução das desigualdades regionais no contexto de espaços do semi árido.	Capacitação de agentes públicos atuantes nas atividades econômicas; Estruturação dos processos produtivos.	Sub-região de São Raimundo Nonato, composta de 17 municípios.
<b>PROMOVER</b>	Promover o desenvolvimento local e regional, a partir das potencialidades dos APL's.	Investimentos e acessória produtiva em setores de arranjos produtivos locais, agropecuária, obras e sistemas hídricos e drenagem.	Diversos municípios.
<b>PRODUZIR</b>	Fortalecimento do capital humano e social de comunidades situadas nas áreas de depressão econômica.	Fortalecer os APL's por meio de articulação e mobilização social das comunidades.	Guaribas, Monsenhor Hipólito, Campo Grande e Queimada Nova.
<b>PDES PIAUÍ 2050</b>	Identificação das principais oportunidades para desenvolver empreendimentos no Piauí	Nos setores de infraestrutura, agronegócio, energias renováveis, mineração e turismo.	Todos os municípios com potencialidades para investimentos.

Quadro 1: Principais Projetos/Estratégias no Piauí para promoção de um desenvolvimento regional.

Fonte: O autor, 2016.

Vemos aí como importante e estratégico foi à atuação do Estado na reestruturação do estado do Piauí e a tentativa de sua colocação na esteira das atividades competitiva da Divisão Internacional do Trabalho. Em verdade, a partir do que foi exposto, esse recorte nordestino parece ter ganhado expressividade e autonomia, seja institucional, seja colaborador de condições para processos de desenvolvimento regional, somente a partir da criação da CODESE. Esta comissão representou um braço de “pensamento e planejamento” do governo à época que apesar dos esforços empreendidos parece ter se configurado com uma criação única<sup>10</sup> e “genuinamente” para um desenvolvimento prioritário do estado. Essa possibilidade parece ter parado com esta comissão, pois todos os projetos/ações que foram executadas em nível nacional e particularmente, notadamente, a partir dos anos de 1970, para salvar o Nordeste das lastimações trazidas pela seca, foram desenhadas pelo governo federal.

<sup>10</sup> Lembrando que dado os processos evolutivos de aparelhamento do estado, pela administração direta existem as secretarias de: Estado do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico - SEDET; Estado do Desenvolvimento rural - SDR e de Estado do Planejamento - SEPLAN. No âmbito da administração indireta, existe o Instituto de Desenvolvimento do Piauí - IDEPI e Superintendência da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais – CEPRO/PI. Contudo, dado esse conjunto, pouco se houve falar de ações próprias, tal qual ocorrera a partir da CODESE. As ações/projetos que encaminhem possibilidades de um desenvolvimento regional são em sua grande maioria executadas a partir de modelos/acordos prontos oriundos da esfera federal.



Nesse ínterim, todos os projetos e ou ações postas, vieram de cima para baixo, ou em outras palavras, do comando Federal ao estadual, estando o Piauí levado a reboque por iniciativas de planejamento pensadas em gabinetes, por um conjunto de estudiosos que viam o remediar de problemas regionais daquele estado, como espelho, imagem e semelhança em comum com todo o Nordeste. É como se uma “dose de remédio” a um município e ou recorte do Nordeste fosse fazer efeito imediato, duradouro e eficaz de forma geral contra as mazelas secularmente arraigadas a todo o povo, à terra, dada as similitudes ambientais e regionais.

Nesse movimento de projetos/ações “remediadoras” o que percebemos pelos conteúdos de tais, durante cerca de trinta anos de muitos investimentos, foram falhas administrativas e ou falta de gerenciamento do dinheiro público com vistas ao alcance a quem de fato deveria ser beneficiado. Isso nos induz a concluir que a tomada da terra improdutivo e ou mal usada/improdutivo pelos os efeitos da seca, o sofrimento nordestino/piauiense, notadamente pela falta da água, a ausência de uma conjugação social de trabalho constituíram motivos imperadores para uma imitação fracassada do modelo TVA dos E.U.A do começo do séc. XX.

## 5 Para não concluir....

Optamos em encerrar nossas idéias nessa sessão e artigo com a ideia de uma não conclusão. Esse fato se justifica por alguns motivos. Primeiro, informamos que nos instigou a escrevê-lo, foi a pouca presença de escritos/pensamentos dessa natureza e perspectiva em âmbito estadual aqui em apreço. Logo, novos pensamentos não de serem ampliados, recortados, negados e ou reafirmados.

Essas condições serão fatos, pois novas possibilidades de projetos e ações, com pretensões de desenvolvimento territorial, com foco em recortes regionais específicos, vindos de “cima para baixo” continuarão a existir. O Piauí nesse contexto parece que continuará a ser um coadjuvante, pois suas potencialidades a serem exploradas, de norte a sul, poderão ser aproveitadas e ou continuar a serem exploradas por grupos econômicos fechados, que ocupam recortes de seu território potencialmente produtivos, considerando apenas suas perspectivas imediatistas de lucro e reprodução de condições de um capitalismo segregador.

O segundo motivo e aproveitando o pensamento anterior é que ao arrolar os principais projetos/ações que vislumbraram a promoção de um desenvolvimento regional no Piauí, nos foi dado revelações de quanto fortemente este recorte nordestino esteve preso ao “pensamento de gabinete” planejador do Estado. Não que tenha sido errado, pelo contrário, trouxe alguns benefícios, mesmo que municipalmente pontuais e já encerrados, sem perspectivas de novas condições.

Mas comparado a outros estados nordestinos, a exemplo do Ceará, Pernambuco e ou Bahia, que foram “abraçados” pelos mesmos conjuntos de projetos nacionais aqui apontados, souberam de alguma forma criar condições inter e intra política de ações, com vista às benesses sociais sobre seus territórios, a partir de



desenvolvimento regional integrado. Nesse sentido, o Piauí parece ter ficado preso aos quadros projetivos de um desenvolvimento mais dependente do que instigador de novas possibilidades de alavancamento de uso de suas potencialidades<sup>11</sup>, de forma integrada, minimizadoras das disparidades sociais e econômicas, particularmente, no contexto dos sertões, regionalmente ainda marginalizados.

Terceiro, não concluir nesse sentido, nos motiva não apenas pensar os quadros programáticos de desenvolvimento regional de forma setorializada: os cerrados para agricultura, assim como o litoral para as atividades de sol e mar. Pensamos que devem-se criar ações inter e intra políticas regionais (combinação das necessidades e motivações municipais x estaduais x nacionais) de forma integradora. Sabemos que as novas propostas nacionais de desenvolvimento regional contemplam essa situação, porém, em nível das escalaridades estadual e municipal no Piauí, o que predomina são favoritismos político/partidários e ou familiares de poderes locais e regionais, em vez de fortalecimento de um capital social, com participação coletiva ampla e integradora. Assim sendo, o potencial do estado parece esvaziado de sentidos de aproveitamentos.

Por fim e reportando ao título deste artigo, quando mencionamos a ideia de território atrasado com estratégias de desenvolvimento regional recentes, mais que um trocadilho, a intenção foi perceber que o arrolamento dos projetos nacionais em suas totalidades e práticas pouco endereçaram ao Piauí a uma real possibilidade de desenvolvimento territorial, com rebatimentos positivos, na escala regional. Temos aí então um território antigo, com muitas histórias, mas pouca visibilidade nacional. Ambição do Estado via projetos e planejamentos regionais de gabinetes parecem ter reafirmado a possibilidade do mal aproveitamento e pouca valorização de nossas potencialidades e a quase nula possibilidade de eliminação dos ainda persistentes quadros de mazelas sociais.

---

<sup>11</sup> A título de ilustração, citamos dois casos de obras/ações, com vistas ao aproveitamento das potencialidades do estado que respectivamente custaram serem concluídas, com atual subutilização e ainda está inacabado: aeroporto internacional Serra da Capivara, na cidade de São Raimundo Nonato e obras do porto, na cidade de Luis Correia. O primeiro levou mais de duas décadas para ser inaugurado. O segundo, desde o início da construção em 1960, nunca foi concluído.



## Referências

ALMEIDA, Humberto Marinho de. Práticas espaciais, gestão seletiva e o desenvolvimento territorial no Ceará. In: **XV CISO - Encontro Norte e Nordeste de Ciências Sociais Pré-ALAS Brasil**, 2012, Teresina - PI. XV CISO - Encontro Norte e Nordeste de Ciências Sociais Pré-ALAS Brasil, 2012. v. único.

ASSUNÇÃO, Rosângela. **A política trabalhista na era Vargas e a construção da memória dos portuários de Teresina (1930 – 1954)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas, Teresina, Universidade Federal do Piauí, 2005. 114 p.

BARQUERO, Antonio Vásquez. **Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização**. FEE/ UFRGS: Porto Alegre, 2001.

BOISIER, Sergio; LIRA, Luis; QUIROGA, Bolivar; ZURITA, Gladys; ROJAS Claudio. Sociedad Civil, Actores Sociales y Desarrollo Regional. Santiago do Chile: **Ilpes/Cepal**, 1995.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Programas de Desenvolvimento Regional. **PPA 2004-2007**. Brasília: MIN, 2004.

BRAZ, Márcio. Inserção desvantajosa, atraso e subordinação das políticas de desenvolvimento na economia piauiense. Teresina: UFPI. **Texto para Discussão** - Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Piauí, v.1, n.12. p. 1-15, mai/2007.

BROSE, Markus Erwin. DO TENNESSEE AO VELHO CHICO: VIAGENS DE UMA IDEIA. In: BROSE, M. E. (org.). **TVA e instituições de desenvolvimento regional: contribuições para a história das idéias**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2015. p. 8-40.

CARVALHO, Cícero Pérides de Oliveira. O NOVO PADRÃO DE CRESCIMENTO NO NORDESTE SEMIÁRIDO. In: **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45, n. 3, p. 160-184, jul/set., 2014.

DI MÉO, G. Une géographie sociale entre representations et action. In: **Montagnes méditerranéennes et développement territorial**, 2008, p.13-21. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00281573/document>. Acesso em 22 Out. 2016.

FAVARETO, Arilson. As tentativas de adoção da abordagem territorial do desenvolvimento rural – lições para uma nova geração de políticas públicas. In: **Raízes**, v. 28, n. 1 e 2, v. 29, n. 1, p. 52-62, jan. 2009 a jun. 2010.

FERNÁNDEZ, Víctor Ramiro. Densidad Institucional, Inovación Colectiva y Desarrollo de las cadenas de valor local: un triángulo estratégico en la evolución de los enfoques regionalistas durante los '90s. In: **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, v.9, nº1, jan/abr, 2004.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima. **Os militares e a revolução de 30**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

TÔRRES, Gislane Cristiane Machado. **O poder e as letras: políticas culturais e disputas literárias em Teresina nas décadas de 1960 e 1970**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História do Brasil, Teresina, Universidade Federal do Piauí, 2010. 188 p.





JUNIOR, Edilson Pereira. Dinâmicas industriais e urbanização no Nordeste do Brasil. In: **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 14, n.4, Número Especial, p. 63-81, dez. 2015.

LEMOS, Mauro B.; SANTOS, Fabiana e CROCCO, Marco. Condicionantes territoriais das aglomerações industriais sob ambientes periféricos. In: DINIZ, Clélio C.; LEMOS, Mauro B. (Org). **Economia e Território**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005, p. 171-205.

LIMA, Marconis Fernandes. **CIDADE DA BOA ESPERANÇA**: Memórias da construção da usina hidrelétrica em Guadalupe-Piauí. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História do Brasil, Teresina, Universidade Federal do Piauí, 2007. 242 p.

MARTINS, Agenor de Sousa. **Piauí**: evolução, realidade e desenvolvimento. Teresina: Fundação CEPRO, 2003. p. 135.

MÉNDEZ, Ricardo. Innovación y desarrollo territorial: alguns debates teóricos recientes. In: **Eure**, Santiago, vol. 28, nº 84, 2002, Disponível em: [http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0250-71612002008400004](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612002008400004). Acesso em 24 Out. 2016.

MENEZES, Ana Maria Ferreira; MENEZES, Eline Viana. O nordeste brasileiro no processo de reestruturação econômica: inclusão ou exclusão? In: **Sitientibus**, Feira de Santana, v. 18, p. 75-98, 1998.

MOURA, José Elierson de Sousa. "A esperança de um, o otimismo de todos": a cidade de Picos e a rodovia Transamazônica percorrida/escrita pelo jornalista Rangel Cavalcante em 1970. In: **Revista Temática**, João Pessoa, Ano XII, n. 08. p. 161-176, Ago/2016.

MORAES, Jorge Luiz Amaral de; SCHNEIDER, Sérgio. Perspectiva Territorial e Abordagem dos Sistemas Produtivos Localizados Rurais: novas referências para o estudo do desenvolvimento rural. In: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 6, p. 287-320, 2010.

PAULA, J. S. Celso Furtado e as grandes questões do subdesenvolvimento brasileiro. In: **X Encontro de Economia Baiana**, 2014, Salvador. Anais do X Encontro de Economia Baiana: Planejamento e estratégias de desenvolvimento. Salvador: SEI, 2014. p. 630-648.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMALHO, José Ricardo. Novas conjunturas industriais e participação local em estratégias de desenvolvimento. In: SANTANA, M. A. ; RAMALHO, J. R. (orgs.). **Trabalho e desenvolvimento regional**: efeitos sociais da indústria automobilística no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 11-42.

ROCHA, André Santos da. Território como Representação. In: **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 29, p. 139-153, set/dez. 2013.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de. & SILVEIRA, M. L. **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1994.

\_\_\_\_\_. **A natureza do Espaço**. São Paulo: Edusp, 2002.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas ligações externas. In: **Revista Sociologias**, Porto Alegre, n. 11, p.88-125, jan/jun., 2004.

VIII Seminário Internacional sobre

## Desenvolvimento regional

Territórios, redes e  
Desenvolvimento Regional:  
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação  
Desenvolvimento  
Regional  
mestrado e doutorado



TAVARES, Hermes Magalhães. Políticas de desenvolvimento regional nos países do “centro” e no Brasil. In: Planejamento e Território: ensaios sobre a desigualdade. Rio de Janeiro: **Cadernos IPPUR/UFRJ**, ano XV, n. 1. Jan./Jul, 2002. p. 229-248.